

# Misericórdia de Braga

Revista  
da Santa Casa da Misericórdia  
de Braga



Misericórdia  
de Braga

500 ANOS

n.º 13

Dezembro 2017

Título : Misericórdia de Braga  
Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga

Director : ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

Conselho de Redacção : BERNARDO REIS · DOMINGOS DA SILVA ARAÚJO · ENGRÁCIA LEANDRO  
FERNANDO COLMENERO FERREIRA · JOSÉ ALBERTO DE SOUSA RIBEIRO  
MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

Edição : Santa Casa da Misericórdia de Braga

Propriedade : Santa Casa da Misericórdia de Braga  
Palácio do Raio  
Rua do Raio, n.º 400  
Tel. 253 205 100 - Fax 253 205 101  
geral@scmbraga.pt  
4700-920 Braga

ISSN : 1646-3188

Depósito Legal : 233621/05

Data de saída : Dezembro de 2017

Tiragem : 500 exemplares

Capa : Paleta de Ideias design

Na capa : Património Cultural da Santa Casa da Misericórdia  
de Braga. *Oratório*. Século XIX  
(Foto: L. A. Ferreira)

Fotografia da contra-capas : Hugo Delgado – WAPA Photo

Execução gráfica : Graficamares, Lda.  
R. Parque Industrial Monte Rabadas, 10  
4720-608 Prozelos - Amares

*Todos os direitos reservados.*

O conteúdo dos artigos e a norma ortográfica usada são da responsabilidade dos autores.

## As teresinhas. O Carmelo feminino da Braga moderna e contemporânea (1766-1902)

*The teresinhas. A Carmelo Braga woman's modern and contemporary  
(1766-1902)*

FLÁVIA OLIVEIRA\*

### Resumo

Assente numa fiel devoção à santa reformadora da Ordem do Carmo, emergiu, na segunda metade do século XVIII, o convento de Santa Teresa, na cidade de Braga. Representativo dos valores e princípios espirituais evocados por Santa Teresa de Jesus, o cenóbio dedicava-se à vivência plena e rigorosa da religião, em regime de clausura. Caracterizando a vida conventual moderna, procuramos traçar a história do instituto, desde os seus primórdios até à extinção, em inícios do século XX. Ao mesmo tempo, enalteçemos o papel assistencial do arcebispo D. Gaspar de Bragança, fundador da comunidade.

*Palavras-chave*: Braga, clausura, convento de Santa Teresa, devoção, Ordem Carmelita descalça

### Abstract

Set in a faithful devotion to the holy reformer of Carmelite Order, in the second half of the eighteenth century, emerged, Saint Teresa's convent, in the city of Braga. Representative of the spiritual values and principles evoked by Saint Teresa of Jesus, the monastery was devoted to the full and rigorous living of the religion in a cloistered regime. Featuring modern convent life, we sought to trace the history of the institute, from its beginnings to its extinction, in the early twentieth century. At the same time, we emphasize the charitable role of Archbishop D. Gaspar de Bragança, as the founder of the community.

*Keywords*: Braga, cloister, devotion, the Order of barefoot Carmelites, Saint Teresa's convent

---

\* Mestre em História pela Universidade do Minho.

E-mail: oliveiramflavia@gmail.com

## Introdução

Sob a égide de D. Gaspar de Bragança (1758-1789), na década de sessenta do século XVIII, foi fundado o convento de invocação a Santa Teresa de Jesus, em Braga.

Nas palavras de Ambrósio Custódio de Miranda, desembargador do arcebispado de Braga:

Entre as preciosas pedras que servem de adorno a venerável Mitra de Vossa Alteza he huma dellas a fundação do Convento de Santa Theresa desta cidade, e aonde como filhas desta grande Mestra de Espirito, estão incluzas algumas perfeitas que respirão o suave cheiro das virtudes que atrahe a todos que alli chegão para adorar a Virgem Nossa Senhora do Carmo.<sup>1</sup>

Em clausura, eram vividos os princípios de retidão, pobreza, fé e obediência, numa busca pelo ideal de perfeição. Há semelhança de outros cenóbios, o convento de Santa Teresa descendeu de um recolhimento. Este, criado na primeira metade setecentista, surgiu no contexto de controlo do comportamento feminino, erguido pelos rigorosos valores morais da sociedade pós-tridentina. Decorrente do apoio outorgado pela mitra arquidiocesana, o espaço de refúgio de mulheres leigas evoluiu para comunidade de religiosas professoras, consagradas a um compromisso eterno com Deus.

Vivendo num estado de total alheamento do mundo exterior, as freiras descalças entregavam o corpo e o espírito à rígida contemplação divina. Perdurando ao longo de mais de um século, o claustro viveu desde sempre numa condição assinalada pela debilidade financeira, subsistindo com o auxílio concedido pela figura que se constituiu o amparo da comunidade, D. Gaspar de Bragança.

---

<sup>1</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes. Esmolas para sustentação. Recebimento na grade sem véu. Religiosas, pupilas e criadas. Testamentos*, C-8, doc. 41A, fl. 1.

## 1. Na virtude e na fé: o espaço de reclusão da mulher perfeita

No seio da mentalidade setecentista, a honra constituía a maior virtude da mulher, devendo, a postura feminina pautar-se pelo decoro e honestidade. A honra configurava-se como algo vinculado à sexualidade da mulher, isto é, ao controlo que esta desenvolvia sobre os impulsos e desejos do próprio corpo. Para a mulher solteira, era sinónimo de castidade, para a casada, representava a fidelidade ao marido.<sup>2</sup> A figura ideal da mulher honrada era aquela que controlava os seus instintos, que era recatada e ocultava o corpo, reprimindo, assim, a sua sexualidade. A mulher não virtuosa era uma mulher desonrada e, sobre esta, recaía o castigo social, imposto pelo forte sentido moral difundido no Antigo Regime, bem como a maior de todas as punições, a divina.<sup>3</sup> No pensamento moderno, a honra era entendida como um bem pessoal de cada mulher, uma propriedade da família, mas também um bem público na medida em que se encontrava em jogo a manutenção dos bons costumes. Esta era semelhante ao bem da vida e devia ser protegida por todos os meios. Desta forma, a sua conservação não dizia respeito apenas às mulheres, mas era algo sobre o qual também os homens se empenhavam, tal como as instituições por eles representadas, ou seja, Estado e Igreja.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Veja-se Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil – 1750-1822*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1993, p. 110.

<sup>3</sup> O discurso tridentino exaltava o sacramento da penitência como caminho para a salvação. Isto é, proclamava a redenção do pecador por via do arrependimento, da confissão e das boas obras. Neste contexto discursivo, Maria Madalena surgiu como modelo de mulher, pecadora, arrependida e santa, constituindo uma referência para a figura feminina moderna. Num período onde o disciplinamento e a educação moral da mulher arrogavam particular relevo, Maria Madalena emergiu como figura representativa da fragilidade mulheril, propiciadora do pecado e, simultaneamente, como modelo de santidade. A regeneração da “discípula de Cristo” assumiu-se como exemplo do triunfo da conversão a uma vida penitente e virtuosa. Leia-se Candau Chácon, María Luisa, “Disciplinamiento católico e identidad de género. Mujeres, sensualidade e penitencia en la España moderna”, in *Manuscrits: Revista d’história moderna*, 25, 2007, pp. 211- 217.

<sup>4</sup> Cf. Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas...*, p. 113.

Nesta conjuntura, a vida conventual surgiu como um dos mecanismos de defesa da frágil condição mulheril. Lugares de total reclusão, os cenóbios constituíam o local perfeito para proteger as virtudes femininas. Impondo um quotidiano onde a disciplina e a devoção ganhavam particular relevo, os conventos operaram como meio de domínio das autoridades eclesíásticas relativamente às ações da mulher. Há semelhança do casamento, o convento dotava a mulher de um esposo, ao qual, devia dedicar-se de forma absoluta.<sup>5</sup> A religiosa buscava a perfeição, através de uma vida regida pela obediência, pobreza e castidade. Esta última assumia maior ênfase, visto que a negação das tentações terrenas era parte integrante da vida da mulher professa. Na castidade, triunfo da renúncia, esta alcançava uma realização paralela ou superior à de esposa e mãe.<sup>6</sup> Vivendo sob exigentes preceitos, a mulher religiosa entregava-se a uma rigorosa prática devota como meio de alcance de uma profunda ligação com o divino. No interior do monaquismo, o despojamento material e a rejeição das influências nocivas do século, eram pilares essenciais para atingir o nível de espiritualidade enraizada na mentalidade cristã do século XVIII.<sup>7</sup>

Fundados para a consagração do corpo e espírito femininos a Deus, os conventos vigoravam como instituições dedicadas à salvaguarda feminina, protegendo a mulher da corrupção mundana. Edificados como espaços de encarceramento, funcionavam como veículos de controlo dos impulsos conducentes à degradação moral.<sup>8</sup> Facto é que estes institutos constituíram-se

---

<sup>5</sup> Consulte-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011. Tese de doutoramento policopiada, p. 57.

<sup>6</sup> Leia-se King, Margaret, *A Mulher no Renascimento*, Lisboa, Presença, 1994, p. 104.

<sup>7</sup> Consulte-se Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas...*, p. 42.

<sup>8</sup> Para além do convento, foi criado o recolhimento, ou seja, um tipo de instituição assistencial que objetivava o domínio das atitudes das mulheres. Lugares de refúgio da honra feminina, a implantação dos recolhimentos ganhou fulgor no período pós-Trento. Acolhiam mulheres leigas, que não faziam votos solenes mas que viviam em comunidade, num quotidiano análogo ao conventual. Tal como os cenóbios, estes institutos praticavam o regime de clausura, embora por um período temporário. Cf. Lopes, Maria Antónia, “Transgressões femininas no Recolhimento da Misericórdia do Porto (1732-1824)”, in *Saúde, Ciência e Património – Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, Porto, Santa Casa da Misericórdia do Porto, 2016, p. 97.

como locais onde muitas mulheres se realizaram a diversos níveis. Algumas conquistaram significativa notoriedade social, chegando a exercer cargos de conselheiras reais. Outras ganharam projeção por serem verdadeiros modelos de virtude e santidade, a par daquelas que se distinguiram como escritoras.<sup>9</sup>

O perfil da mulher dedicada a Deus coadunava-se com os valores da honra, discrição, pudor, dignidade e pureza, representando o arquétipo da mulher perfeita. Na centúria de setecentos, assistiu-se à publicação de obras visando a orientação da conduta da mulher que iniciava o caminho conventual. Criados para auxiliar as religiosas na procura da perfeição, estes manuais de instrução exaltavam os atributos necessários para alcançar a verdadeira harmonia com Cristo. O livro *A Perfeita Religiosa*, da autoria do padre Miguel Angelo Marin, publicado na segunda metade do século XVIII, constitui um exemplo deste tipo de obra literária.<sup>10</sup> Esta ressaltava as características exigidas à religiosa, evidenciando as qualidades que uma mulher em clausura devia possuir, bem como as normas morais e espirituais obrigatórias para se obter a plenitude divina.<sup>11</sup> Enfatizamos ainda a obra *Pratica della vita spirituale por le monache*, editada em Milão, no ano de 1603. No livro, da autoria de Marco Aurélio Grattarola, além de instruções para a vida espiritual, eram sugeridas várias leituras para o noviciado.<sup>12</sup> Como referência da criação deste género literário em Portugal, destacamos o livro *A Perfeita Religiosa e thesouro de avisos, e documentos espirituais: com hum tratado de meditacoes devotas a Deos*. Escrita pelo vimaranense Jácome Carvalho do Canto e editada por Pedro Crasbeeck, em 1615, a obra enaltecia os princípios inerentes ao estado religioso. Relevando as diversas virtudes que a religiosa devia conservar, o respetivo livro, salientava a importância do silêncio, da mortificação, da pobreza, da virgindade, da humildade e da oração, como dons fundamentais

<sup>9</sup> Veja-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 57.

<sup>10</sup> Leia-se Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas...*, p. 266.

<sup>11</sup> Dividida em três partes, a obra destacava o valor da abnegação do mundo e da renúncia da vida secular. Promovia a formação das mulheres que iniciavam a vida religiosa, demonstrando a importância da prática das virtudes e dos exercícios espirituais de piedade. Consulte-se Algranti, Leila Mezan, *Honradas e devotas...*, p. 267.

<sup>12</sup> Cf. Morujão, Isabel, “Livros e leituras na clausura feminina de setecentos”, in *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, da Universidade do Porto, 19, 2002, p. 117.

para o alcance da perfeição.<sup>13</sup> Ao mesmo tempo, compunha-se dos principais exercícios para conduzir a religiosa à vivência em absoluto da vida monástica.<sup>14</sup> A partir de obras como as que expusemos, constatamos que o papel da mulher devotada à religião passava pela interiorização de um conjunto de regras morais, estabelecidas por uma sociedade que concebia a mulher como um ser propício à debilidade e, por conseguinte, à imoralidade.<sup>15</sup>

Ancorado nos ideais da descalcez carmelitana, o convento de Santa Teresa arrogou a doutrina da dura contemplação divina, acolhendo uma comunidade de mulheres consagradas a uma devoção incondicional. Alicerçado no princípio de um estilo de vida eremita, o Carmelo descalço enfatizou a absoluta dedicação à religião, tendo como base a vivência austera da Regra

---

<sup>13</sup> No caso particular bracarense, a absorção dos ideais de virtude, perfeição e santidade femininas espelha-se na obra *Jardim do Ceo Plantado no Convento da Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Braga*, da autoria da madre Maria Bento do Céu, religiosa do convento de Nossa Senhora da Conceição. De ressaltar que a produção de obras biográficas nas comunidades conventuais modernas foi significativa. Em diversos casos, o surgimento de biografias decorria por incitação dos confessores que, propunham às freiras, a realização de um exercício escrito acerca das suas vidas ou sobre o percurso de outras religiosas. Com estas obras, objetivava-se perpetuar os exemplos de santidade, transformando-os em modelos de plena devoção e entrega a Deus. Habitualmente, neste género literário, eram descritos milagres, poderes taumatúrgicos, estigmas, martírios, visões, aparições e êxtases. Ao mesmo tempo, era destacado o amor à penitência, a dedicação profunda à oração, a pobreza, a capacidade de suportar as provações, a castidade, a obediência, entre outros. Veja-se Morujão, Isabel, “Poesia e Santidade: alguns contributos para uma percepção do conceito de santidade, a partir de duas biografias devotas de religiosas do século XVIII portugueses”, in *Via Spiritus*, 3, 1996, p. 236; Torremocha Hernández, Margarita, “La Perfecta Casada: del modelo a las representaciones. La biografía de Francisca Zorilla, escrita por su marido”, in *Studia Historica. Historia Moderna*, vol. 38, 1, 2016, p. 227.

<sup>14</sup> Leia-se Canto, Jácome Carvalho, *A Perfeita Religiosa e thesouro de avisos, e documentos espirituais: com hum tratado de meditacoes devotas a Deos*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1615, pp. 14-22.

<sup>15</sup> Para além das obras dedicadas à formação da religiosa, atribuímos destaque aos tratados de educação destinados à mulher casada. A obra *La Perfecta Casada*, escrita pelo religioso espanhol frei Luis de León, publicada em 1583, visava a condução da vida da mulher que desempenhava o papel de esposa. O livro, dedicado a Doña Maria Varela de Osorio, como guia para a sua vida matrimonial, constituiu uma das obras de instrução feminina de maior difusão. Veja-se Torremocha Hernández, Margarita, “La Perfecta Casada...”, p. 225.

primitiva.<sup>16</sup> A Ordem reformada invocava a rutura para com o mundo secular, enaltecendo o valor da oração e contemplação como modo de chegar a Deus.<sup>17</sup> Na Espanha do século XVI, Teresa de Jesus surgiu como figura central deste processo reformador, emergindo como um dos exemplos de religiosas místicas, manifestando uma forma muito particular de sentir e viver o cristianismo.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> Emergente no século XII, a Ordem do Carmo deve a sua génese a um grupo de eremitas que, inspirados pelo profeta bíblico Elias, iniciaram, no monte Carmelo, um estilo de vida contemplativo. No início do século XIII, Alberto – patriarca de Jerusalém – criou a regra onde se fixaram todas as normas pelas quais a Ordem se devia reger. Esta ficou conhecida como a Regra de Santo Alberto. Ainda neste século, no contexto da luta entre cristãos e muçulmanos, deu-se a emigração para Ocidente. Ocorreram, assim, as primeiras fundações de conventos carmelitas na Europa. Mais tarde, na centúria de seiscentos, a Ordem entrou numa conjuntura de crise, resultante de um enfraquecimento da prática espiritual. Nesta circunstância, Teresa de Jesus, religiosa carmelita espanhola, iniciou um movimento reformador, a partir da fundação do convento de São José. Para levar a cabo a reforma, Teresa de Jesus contou com o apoio do jovem carmelita João da Cruz. Seguiram-se mais fundações por toda a Espanha. No dia 22 de junho de 1580, o papa Gregório XIII, com o breve *Pia Consideratione*, oficializou a criação do ramo dos carmelitas descalços. Em Portugal, a emergência da descalcez carmelitana ocorreu em 1581, na cidade de Lisboa, com a fundação do convento masculino sob a invocação de São Filipe. O primeiro cenóbio feminino foi erigido na mesma cidade, no ano de 1585, em honra do cardeal espanhol Alberto. Consulte-se Bayón, Balbino Velasco, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Lisboa, Paulinas, 2001, pp. 20-23; Morujão, Isabel, “Entre duas memórias: Maria de San José (Salazar), O.C.D., fundadora do primeiro carmelito descalço feminino em Portugal”, in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 2003, p. 242; Vechina, José Carlos, “Carmelitas Descalços”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 297-300; Para aprofundamento da história da Ordem Carmelita e do ramo descalço em Portugal, leia-se Costa, Paula Cristina de Oliveira, *Os Terceiros Carmelitas da Cidade do Porto (1736-1786)*, Braga, Universidade do Minho, 1999. Dissertação de mestrado policopiada; Coração de Jesus, Padre David, *A Reforma Teresiana em Portugal*, Lisboa, Salesianos, 1962; Santa Ana, Frei Belchior de, *Chronica de Carmelitas Descalços, Particular do Reyno de Portugal e Provincia de Sam Filipe*, tomo I, Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1657; Silva, Sara Manuela Correia Rodrigues da, *Os Carmelitas Descalços em Braga e a Real Irmandade da Nossa Senhora do Carmo (1758-1834)*, Braga, Universidade do Minho, 2014. Dissertação de mestrado policopiada.

<sup>17</sup> Cf. Torres Sánchez, Concha, *La clausura femenina en la Salamanca del siglo XVII. Dominicanas e carmelitas descalzas*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1991, p. 23.

<sup>18</sup> Teresa de Ahumada y Cepeda nasceu na cidade espanhola de Ávila, em 1515. Por volta dos 17 anos de idade, ingressou no convento agostiniano de Grácia, na sua cidade-natal. Mais tarde, decidiu entrar para o convento carmelita da Encarnação, também em Ávila. Na década

Marco do misticismo moderno, Teresa de Jesus fez parte do grupo de mulheres que experienciaram momentos de dimensão sobrenatural.<sup>19</sup> No contexto religioso Ocidental, o misticismo ocupou um lugar de destaque, encontrando-se

---

de 50 do século XVI, a religiosa vivenciou uma transformação espiritual que influenciou de forma substancial o modo como passou a encarar a religião: “en 1553, habia sentido una conmoción ante un cuadro que acababan de traer com motivo de alguna festividade; este cuadro representaba a un Cristo cubierto de llagas: «En mirándola (la imagen de Cristo), toda me turbo de verle tal, porque representaba bién lo que pasó por nosotros. Fui tanto lo que sentí de lo mal que había agradecido quellas llagas, que el corazón me parece se me partía, y arrojéme cabe Él con grandísimo derramamiento de lágrimas, suplicándole me fortaleciese ya de una vez para no ofenderle» (vida IX). Unos meses después, sin duda durante la Cuaresma de 1554, le prestan las Confesiones de san Agustín; esta lectura la trastorna: «Cuando llegué a su convérsion y leí cómo oyó aquella voz en el huerto, no me parece sino que el Señor me la dio a mi» (*ibidem*). Teresa decide cambiar de vida. Retoma los ejercicios espirituales que había descuidado hasta entonces, la meditación, por ejemplo. Teresa tiene cuarenta años cuando decide entregarse por entero a dios”. Pérez, Joseph, *Teresa de Ávila e la España de su tiempo*, Madrid, Algaba Ediciones, 2007, p. 59. Esta experiência conduziu ao início de uma nova fase na vida de Teresa de Jesus, motivando a reforma da ordem à qual pertencia. A par da mutação espiritual, a leitura de filosofia religiosa incitou a freira para o processo de fundação do novo ramo carmelita, destacando-se as obras *Confissões*, de Santo Agostinho, lançada no século IV, e o *Abecedário Espiritual*, de Francisco de Osuna, obra publicada na primeira metade do século XVI.

<sup>19</sup> Ao longo da história do cristianismo, foram diversas as religiosas que se demarcaram pela vivência de uma plena unidade com Deus. Para além de Teresa de Jesus, conhecida pelo fenómeno da transverberação, outras mulheres se destacaram pela sua intensa espiritualidade. Hildegarde Von Bigen (séculos XI-XII), monja beneditina da Abadia de Rupertsberg, na Alemanha, marcou o misticismo feminino medieval. Com um percurso religioso assinalado por visões divinas, foi autora de obras místicas tais como: *Liber Scivias Domini* e *Liber Vitae Meritorium*. Ressaltamos Catarina de Siena, mística italiana do século XIV. Membro de uma ordem terceira dominicana, chegou a desempenhar funções políticas. Pretendia reformar a Igreja, promover a paz na península itálica e fortalecer a Europa. Evidenciamos a também mística italiana Ângela de Foligno (séculos XIII-XIV), religiosa da ordem franciscana, bem como a carmelita Madalena de Pazzi (séculos XVI-XVII), oriunda de Florença e autora de um conjunto de obras de cariz místico como o *Libro delle rivelazioni* e *Intelligenze*. Destaque para a mística Barbe Avrillot, francesa do século XVI, fundadora do primeiro convento francês de carmelitas descalças. Por fim, enaltecemos Santa Rosa de Lima, dominicana e padroeira do Peru, como referência do misticismo latino-americano dos séculos XVI e XVII. Consulte-se Hozeski, Bruce, *Hildegard Von Bigens's Mystical Visions*, Inner Traditions – Bear and Company, Vermont, 1985, pp. 5-15; Perrot, Michelle, *Uma História das Mulheres*, Lisboa, Edições ASA, 2007, p. 91; Siena, Catharine of, *The Dialogues*, New York, Paulist Press, 1980, pp. 1-23; Sonnet, Martine, “Uma filha para educar”,

intimamente ligado à esfera conventual. O que inspirava os místicos era o desejo de um contacto o mais intenso possível não com a comunidade que os rodeava, mas com o divino. O misticismo feminino distinguia-se pela união com Cristo, isto é, por uma profunda comunhão com o esposo divino, refletida em momentos de êxtase.<sup>20</sup> Imbuída pelo espírito místico que marcou o mundo cristão no Antigo Regime, Teresa de Jesus edificou uma nova forma de vivenciar a religião.<sup>21</sup> Defensora de uma prática devota baseada na austeridade e rigidez, a religiosa construiu uma nova rede conventual, firmada nas origens eremíticas e contemplativas da Regra de Santo Alberto. Percursos do movimento reformista produzido na Idade Moderna, os carmelitas descalços proclamaram a sua reforma como um modelo para outras ordens religiosas, assumindo uma espécie de primazia religiosa e espiritual sobre os restantes descalços que nasceram entre finais do século XVI e inícios do século XVII.<sup>22</sup>

---

in Duby, Georges; Perrot, Michelle (dir.), *História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 214.

<sup>20</sup> Cf. Sonnet, Martine, “Uma filha para educar”..., p. 212.

<sup>21</sup> A prática espiritual de Teresa de Jesus assumiu um forte impacto no monaquismo feminino. Símbolo de uma peculiar relação com a religião, a carmelita inspirou a mulher moderna a percorrer o caminho do compromisso com Deus. Como exemplo da influência produzida por esta religiosa, expomos o caso de Josefa Maria de Jesus, fundadora do convento da Nossa Senhora da Conceição da Penha de França, em Braga, cuja biografia, foi escrita pela madre Maria Benta do Céu, no seu livro *Jardim do Ceo Plantado no Convento da Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Braga*. Maria Josefa de Jesus nutria uma expressiva admiração pela santa reformadora do Carmelo. A freira absorvia os princípios religiosos da mística de Ávila, a partir da leitura dos livros da “sua Santa Thereza”, chegando a vivenciar um momento de cariz místico, semelhante ao êxtase teresiano: “Deitando hum dia com a boca na chaga dos pés de hum crucifixo, que trazia comsigo, dis lhe foi falando como o Senhor Lhe ensinou, entrou em tão grande arrebatamento que estava em o peito direito a imitação da Sua Santa Thereza e que havião de trocar os corações, no que ella teve grande gosto e alegria [...] naquelle extase sentiaselhe a alma em tanta gloria que pedia a Deos a não deixasse tornar ao mundo, depois se ficava absorta no amor de Deos, que se desconhece, ella ficou huã dor no peito direito, com huã lança ou setta que se estava metendo e tirando no coração não podendo o natural toleralla, rompia em grandes prantos que sentiu acabar a vida [...]”. Céu, Maria Benta do, *Jardim do Ceo plantado no Convento de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Braga...*, p. 52.

<sup>22</sup> Leia-se Atienza López, Ángela, “Queriendo dar a entender al Mundo cómo el fuego de Santa Teresa había abrasado la mayor parte del orbe. El discurso de la expansion”, in *Libros dela Corte.es*, 3, 2015, p. 35.

## 2. O véu preto da clausura: o convento de Santa Teresa

### 2.1. Fundação do cenóbio

Na década de sessenta do século XVIII, frei Bernardo de São Tomás, num parecer da sua autoria, referiu que “muitas donzelas de primeira nobreza”,<sup>23</sup> nutrindo particular devoção por Santa Teresa de Jesus, tinham grande vontade de ingressar no recolhimento de Santa Teresa da cidade de Braga. Todavia,

[...] os seus pais tem por menos decente ás pessoas de sua qualidade recolher as suas filhas em hũa cella em que hão de ser tratadas não como Religiozas mas como Recolhidas, não em hum convento mas em hum Conservatório, hum Recolhimento de baixo do poder, não de hũa Abadêça ou Priora mas de hũa Regente, títulos que movem facilmente a hũa ideia baixa, rasteira e mesmo semelhante a que se forma de outro qualquer Recolhimento onde se habitão e procurão recolher-se pessoas de inferior condição.<sup>24</sup>

Era necessário e impreterível engrandecer a instituição e conceder-lhe notoriedade. Assim, da vontade de D. Gaspar de Bragança surgiu o convento de Santa Teresa. De recolhimento de mulheres devotas, a instituição passou a comunidade regrante carmelita descalça.<sup>25</sup> A recusa da vida terrena e a submissão aos princípios cristãos, urgiam-se como pilares basilares da vida das que integravam o primeiro e único convento teresiano, em Braga. Esta passagem deu-se entre 1766 e 1767. O documento onde encontramos a primeira referência à comunidade conventual data de novembro de 1766 e corresponde ao pedido de entrada de Ana Maria de Oliveira, que solicitava

<sup>23</sup> ADB, *Colecção Cronológica*, doc. 2957, fl. 1v.

<sup>24</sup> *Ibidem*.

<sup>25</sup> O recolhimento de Santa Teresa foi fundado em 1742, por Dona Francisca das Chagas, esposa do cozinheiro-mor do arcebispo D. José de Bragança (1741-1756). Sendo devota de Nossa Senhora do Carmo e de Santa Teresa, Francisca, juntamente com cinco mulheres – duas provenientes do recolhimento de São Domingos de Tamanca – erigiu, “num edificio na rua das Goladas, adiante da Igreja de S. Victor”, um recolhimento de terceiras regulares. Na década de 50 do século XVIII, em resultado das dificuldades financeiras, a instituição entrou em declínio, extinguindo-se. Porém, por iniciativa da recolhida Senhorinha de Santa Ana, iniciou-se uma segunda fundação, na rua da Oliveira. O novo recolhimento funcionou de forma ininterrupta até à passagem a convento. Leia-se *O Brado Liberal*, n.º 15, de 11.09.1874, p. 1.

um lugar no “convento de Santa Thereza desta cidade fundado há pouco por vossa Excelência Reverendíssima”,<sup>26</sup> D. Gaspar de Bragança. No ano de 1767, ocorreu a eleição da priora, Marta Teresa de Cristo.<sup>27</sup>

Note-se que o convento foi criado, mas sem aprovação apostólica. Na época, o rei D. José I não sustentava relações com o Vaticano. Em resultado das tensões originadas pelas políticas pombalinas, durante dez anos, o monarca não se relacionou com a Santa Sé.<sup>28</sup> Nesta medida, não se tornou possível obter a sentença apostólica de confirmação e ereção do convento, que oficializava a comunidade. Esta apenas foi concedida no reinado de D. Maria I, em 1778.<sup>29</sup>

## 2.2. O início da vida professa: a escritura de dote

A entrada no convento acarretava o afastamento de tudo o que se relacionasse com o exterior, obrigando a uma vida de inteira reclusão e serviço a Deus. O dote constituía-se como o primeiro passo para o ingresso na comunidade. No período moderno, a forma de garantir um futuro honrado a qualquer mulher passava pela atribuição do dote. Este correspondia a parte ou à totalidade da herança da jovem.<sup>30</sup> Na generalidade dos casos, a

---

<sup>26</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 25, fl. 1.

<sup>27</sup> *Ibidem*, doc. 26, fl. 1.

<sup>28</sup> Veja-se Ramos Luís de Oliveira, *D. Maria I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, p. 139. Sobre o período de vigência pombalina, consulte-se Brazão, Eduardo, “Pombal e os Jesuítas”, in Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel (coord.), *O Marquês de Pombal e o Seu Tempo*, tomo I, Coimbra, Instituto de História e das Ideias – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 4, 1882, pp. 329-366; Castro, Armando de, “A política económica do Marquês de Pombal e a sociedade portuguesa do século XVIII”, in Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel (coord.), *O Marquês de Pombal e o Seu Tempo...*, pp. 41-50; Oliveira, António Resende de, “Poder e sociedade. A legislação pombalina e a antiga sociedade portuguesa”, in Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel (coord.), *O Marquês de Pombal e o Seu Tempo...*, pp. 51-90; Ramos, Luis A. De Oliveira, “Pombal e a reforma dos estudos monásticos: o caso beneditino”, in Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel (coord.), *O Marquês de Pombal e o Seu Tempo...*, pp. 113-124.

<sup>29</sup> Leia-se Coração de Jesus, Padre David, *A Reforma Teresiana...*, p. 140.

<sup>30</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século XVII)”, in *NW. noroeste: revista de história*, 1, 2005, p. 115.

dotação era feita pelos progenitores com o escopo de facilitar o matrimônio ou a vida religiosa. Na morte destes, poderiam surgir outros familiares que demonstrassem vontade em auxiliar a jovem e conceder-lhe o dote. Contudo, na ausência de ambos os apoios, a mulher incorria num estado de desamparo e pobreza. Nesta circunstância, com vista à sua proteção moral, a figura feminina tornou-se um alvo particular de caridade para instituições de assistência mas também para benfeitores, leigos ou religiosos.<sup>31</sup> A dotação de raparigas órfãs assumiu uma parte significativa desta prática assistencial.<sup>32</sup>

O dote de freira garantia uma vida consagrada à religião. Simultaneamente, funcionava como fonte de rendimento e sustento para o convento. Podia ser composto “apenas por dinheiro ou integrar dinheiro e outros bens, por exemplo cereais, ou ser pago em propriedades ou foros”.<sup>33</sup> Na escritura de dote surgiam outras obrigações para com o convento, ou seja, “pagar uma esmola para a sacristia ou igreja, o enxoval e a cera”.<sup>34</sup>

No ano de 1767, Josefa Maria de Jesus foi dotada com a quantia de 600 mil réis. A atribuição do dote foi realizada de forma sigilosa pela progenitora que, em todo o processo, permaneceu incógnita. De modo a garantir o ingresso, a mãe solicitou ao convento um contrato de obrigação.<sup>35</sup> A comu-

---

<sup>31</sup> Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de S. Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, CITCEM, 2011, pp. 41-42.

<sup>32</sup> Na época, algumas confrarias auxiliavam raparigas órfãs pobres, atribuindo-lhes dotes. As Misericórdias, por exemplo, incluíram a dotação de órfãs no seio da ação assistencial que prestaram ao longo da Idade Moderna. Destacamos também a confraria de São Vicente, em Braga, que a partir de meados do século XVIII, iniciou a dotação de jovens para casamento, ao aceitar dois legados para tal. Ao mesmo tempo, na hora da morte, alguns leigos, deixavam em testamento uma determinada soma destinada à entrega de dotes. Normalmente, o montante era facultado às instituições de assistência que ficavam responsáveis por utilizar a quantia na dotação de jovens carenciadas. Simultaneamente, as figuras religiosas, como os arcebispos, envolviam, na sua prática caritativa, a atribuição de dotes. Cf. Araújo, Maria Marta Lobo de, “Fazendo o bem, olhando a quem: órfãs e dotes de casamento nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra (coord.), *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 367-370; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Filha casada, filha arrumada...*, p. 12.

<sup>33</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “Dotes de freiras...”, p. 115.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

<sup>35</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 27, fl. 1.

nidade realizou o acordo requerido, no entanto, impôs algumas exigências. Em primeiro lugar, que Josefa Maria de Jesus professasse de livre vontade. Em segundo, que possuísse todas as qualidades necessárias para tal. Num terceiro ponto, “que antes de noviciar se honde dar ao convento sem mil réis de entrada que se costumão dar de esmola para a sacristia e ficão para o convento ainda no cazo que não chegue a noviça a profeçar”.<sup>36</sup>

Como vimos, os pais assumiam a responsabilidade da dotação. Na sua morte, surgiam outros intervenientes que suportavam este encargo, porém, existiram casos em que as mulheres se dotaram a si próprias. Maria José da Natividade, “filha de Antonio Fernandes e sua molher Izabel Gomes natural da freguesia de São Nicolao de Lebuçam de Monforte”<sup>37</sup> dotou-se, em agosto de 1770, para o lugar de freira de véu preto com “novecentos mil réis em que entram cem mil réis de esmola para a sacristia e mais o enxoval”.<sup>38</sup> Ainda na década de setenta, Luís Álvares Pereira e Maria da Conceição do Livramento, naturais da freguesia de São Pedro de Calvelo, em Ponte Lima, dotaram as duas filhas. Maria Joana Pereira entrou para o noviciado, em 1776, com o dote de “três mil cruzados com que vai incluída a esmola dada a sacristia na forma determinada [...] enxoval e mais propinas na forma costumada”.<sup>39</sup> Um ano depois, em 1777, a irmã, Joaquina do Rosário, foi dotada com “um conto e cem mil réis”.<sup>40</sup>

De salientar que, no momento da dotação, eram estabelecidas algumas condições. Na eventualidade de as candidatas falecerem antes de professarem votos ou, por qualquer outro motivo, a profissão não se concretizasse, o convento restituía o dote à exceção da esmola para a sacristia, que correspondia a 100 mil réis, bem como a soma concernente ao mantimento da noviça desde a entrada no cenóbio até à saída.<sup>41</sup>

A partir de finais do século XVIII, a autorização para o ingresso de noviças passou a ser solicitada ao monarca. Tal facto explica-se pela intensificação

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, doc. 27, fl. 1v.

<sup>37</sup> *Ibidem*, doc. 31, fl. 1.

<sup>38</sup> *Ibidem*, doc. 31, fl. 1v.

<sup>39</sup> *Ibidem*, doc. 44, fl. 2.

<sup>40</sup> *Ibidem*, doc. 45, fl. 2.

<sup>41</sup> *Cf. ibidem*, docs. 44 e 45.

das relações entre o poder régio e os conventos, como consequência do reforço do exercício regalista, por parte da coroa portuguesa.<sup>42</sup> Em 1798, a rainha D. Maria I, concedeu licença para a entrada no noviciado a Maria do Nascimento de Menino Deus. A candidata foi dotada pelo genro que, “para esmola da sachristia, propinas e enxoval e comedoria do primeiro ano de noviciado”, entregou à comunidade a quantia de 250 mil réis.<sup>43</sup> No caso em questão, expomos o ingresso de uma postulante que optou pelo caminho religioso, numa altura mais avançada da sua vida. No estado de viuvez, fase de particular fragilidade para a honra feminina, a entrada nos claustros era encarada como uma boa solução para assegurar a conservação de uma vida casta, após a morte do marido.<sup>44</sup>

No século XIX, apenas temos acesso a uma escritura de dote. Tratou-se da entrada de Teresa Álvares Vieira, proveniente da freguesia de Pinheiro, na comarca de Guimarães. Foi dotada pelos progenitores com a quantia de 300 mil réis.<sup>45</sup> No que concerne a entradas, nesta centúria, os restantes documentos correspondem a licenças régias, para o ingresso de freiras seculares.<sup>46</sup> Nas respetivas autorizações, o monarca outorgava a admissão das postulantes, determinando que estas não davam “prestação, dote, propinas nem outra couza alguma a qualquer título que seja nem ainda mesmo a título de esmola”.<sup>47</sup> Na época em questão, muitos pais, pediam licença ao rei para recolherem as suas filhas nos cenóbios sob o estatuto de freiras leigas, visto que esse ato não lhes acarretava qualquer custo.<sup>48</sup> Todavia, nem sempre este tipo de entrada sucedia a pedido dos progenitores. Maria do Carmo, órfã de

---

<sup>42</sup> Cf. Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 303.

<sup>43</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 60, fl. 1

<sup>44</sup> Leia-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 344.

<sup>45</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 77, fl. 1v.

<sup>46</sup> Torna-se importante destacar que o Fundo do Convento de Santa Teresa padece da falta de informação documental no que respeita a escrituras de dote. Como referimos, para o século XIX, analisamos somente uma dotação. Esta problemática impediu a realização de um estudo mais aprofundado sobre a atribuição de dotes, sobretudo na centúria de oitocentos.

<sup>47</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 486, fl. 1.

<sup>48</sup> Veja-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 302.

pai e mãe, entrou por este meio na instituição para um lugar de freira de véu branco,<sup>49</sup> em 1825.<sup>50</sup>

Tendo em consideração os exemplos apresentados, constatamos que o valor de dote no convento de Santa Teresa sofreu variações, não existindo um montante fixo. Na maioria dos casos, o montante oscilava entre os 600.000 e 1.100.000 réis. Facto é que para uma comunidade conventual em início de atividade, o convento teresiano praticava quantias significativas de dote. Equiparando os valores deste com os de outros cenóbios bracarense, verificámos que, na centúria setecentista, não existiram grandes diferenças. No convento de Nossa Senhora da Conceição, destinado a receber “filhas da nobreza”,<sup>51</sup> no século XVIII, os dotes oscilavam entre 800.000 e 1.200.000 réis. O mesmo acontecia no convento da Nossa Senhora da Penha de França que, a partir da década de setenta desse século, fixou o montante de dote em 1.200.000 réis.<sup>52</sup> Note-se que ambos os claustros foram criados em séculos anteriores, possuindo, em setecentos, uma expressiva reputação na cidade, explicando, assim, os avultados valores exigidos no ingresso. Como aludimos anteriormente, o convento de Santa Teresa padeceu de dificuldades monetárias. O cenóbio nunca foi uma instituição com particular renome na cidade, pelo contrário, há semelhança do que ocorria na época em que era um recolhimento, o convento não detinha uma base económica positiva. A situação de carência financeira pode ter levado o claustro a exigir quantias elevadas de dote, visando o combate dessas necessidades. Ao mesmo tempo, poderia constituir uma tentativa de fazer ascender a instituição, de modo a colocá-la num patamar análogo aos dos restantes conventos da cidade.

---

<sup>49</sup> A principal distinção entre freiras de véu preto e véu branco residia no facto de as segundas não professarem votos solenes. Isto é, constituíam-se como freiras leigas dedicando-se, na generalidade dos casos, aos trabalhos físicos do convento. Cf. Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 336.

<sup>50</sup> Cf. ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 86, fl. 1.

<sup>51</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, “Por entre as grades. As escrituras de dote no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (1629-1696)”, in *Do Convento ao Instituto Portas para a Vida*, Braga, Instituto Monsenhor Airoso, 2011, p. 128.

<sup>52</sup> Leia-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 195.

### 2.3. O casamento com Deus

A entrada no mundo conventual obrigava à rejeição integral dos desejos e ímpetos corporais. Iniciar o percurso religioso significava viver em completa harmonia e união com o esposo divino. Revelando vocação, possuindo os requisitos necessários conforme o instituto da Ordem que desejassem professar e após aprovação da comunidade,<sup>53</sup> as postulantes alcançavam licença para a entrada no noviciado. Um mês antes de completo o ano de provação, a madre priora teria de informar o arcebispo para que se concretizassem as “diligencias que devem preceder a profissão”.<sup>54</sup> Correspondendo ao período de um ano, o noviciado antecedia a profissão. Nesta fase, a candidata a religiosa devia interiorizar todos os princípios e valores que regiam a vida em clausura. Este espaço temporal assumia-se como um teste à vocação da noviça, mas também servia para o cenóbio perceber se a pretendente seria digna de integrar a comunidade. Era concedido direito de recusar a sua profissão caso o convento, “verificasse que esta não respeitava os requisitos de uma esposa de Cristo”.<sup>55</sup>

Depois do ano de noviciado, a comunidade decidia se aprovava ou não a candidata à profissão. Caso fosse aceite pelas religiosas, a postulante era submetida a um questionário por parte do arcebispo ou de um delegado seu, para garantir que a mesma estava preparada para a vida professa.<sup>56</sup> Após todas as diligências, era concedida permissão à madre priora para que professasse a noviça e lhe lançasse o véu.<sup>57</sup> Superando as exigências do ano de noviciado, a candidata era admitida à profissão. Este constituía-se um ato solene,

---

<sup>53</sup> Cf. ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 32, fl. 1.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> *Ibidem*.

<sup>56</sup> As questões colocadas são por nós desconhecidas, dado que a documentação consultada não facultava essa informação. Do conjunto de conventos estudados, são conhecidas as perguntas colocadas às freiras do convento de S. Bento de Barcelos. No interrogatório perguntava-se à noviça o nome, filiação, naturalidade, idade, se professava de livre vontade, se tinha interiorizado as regras e rigores da clausura, se tinha feito promessa de casamento antes de entrar no cenóbio e se possuía bens para testar. Consulte-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 356.

<sup>57</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 36, fl. 1.

assinalado pela imposição do hábito. Marcava o momento em que a noviça demonstrava reunir as condições necessárias para a passagem a religiosa. Na profissão, a candidata ao convento teresiano comprometia-se:

[...] faço a minha profiçãõ e prometo obediência castidade e pobreza a Nossa Senhora e a vem aventurada Virgem Maria do Monte Carmello e ao Sereníssimo Senhor D. Gaspar Arcebispo e Senhor de Braga e a seus suceçores segundo Regra permissiva ate a morte.<sup>58</sup>

Afirmava ainda que, “se algum dia me aparcer a ascendencia de moura ou judia ou mollata desde o dia da minha profiçãõ prometo largar o Santo Habito”.<sup>59</sup> Este compromisso estava ligado ao requisito obrigatório de pureza de sangue – ascendência isenta de qualquer ligação a judeus, muçulmanos e negros.

Os votos solenes consumavam a entrada na vida monástica e o casamento com Deus. Castidade, obediência e pobreza formavam os princípios pelos quais a religiosa tinha de reger o seu comportamento. Devia total obediência a Deus e aos seus preceitos. De igual modo, a freira tinha esta obrigação para com o prelado, o provincial da Ordem e a priora.<sup>60</sup> A castidade constituía o caminho da pureza da alma e do corpo. Conduzia ao alcance da perfeição a partir de uma recusa austera de quaisquer tentações e pensamentos que pudessem pôr em causa a honra feminina. A pobreza representava a negação de tudo o que era dispensável à sobrevivência. Os bens materiais eram encarados como fonte de corrupção do espírito e, por isso, a religiosa devia viver de acordo com a regra de um absoluto desprendimento material. De salientar o forte vínculo da Ordem descalça ao ideal de pobreza. Era seguido o princípio do despojamento e de entrega “às mortificações da carne e às penitências”.<sup>61</sup>

A profissão dos votos simbolizava o fim de um ciclo de aprendizagem e o início de uma vida piedosa, em clausura. A reclusão tinha início no ano de noviciado, assumindo-se como uma forma exigente de viver a religião.

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, doc. 36A, fl. 1.

<sup>59</sup> *Ibidem*.

<sup>60</sup> Veja-se Silva, Ricardo Manuel Alves da, *Casar com Deus...*, p. 365.

<sup>61</sup> Borges, Célia Maria, “Os Eremitas e o Ideal de Santidade no Imaginário Português: o deserto dos Carmelitas Descalços no século XVII”, in *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> S. 23, 2011, p. 197.

Para levar uma vida dedicada à oração, era necessário um afastamento exclusivo de tudo o que estivesse ligado ao universo secular e, conseqüentemente, à tentação. A clausura separava, assim, a vida terrena e todos os males que esta contemplava, da vivência máxima da fé.

De entre as religiosas que integraram o convento de Santa Teresa, conferimos particular relevo a Josefa Maria de Jesus. A peculiaridade do seu caso prende-se pelo facto de ter vivido na comunidade desde criança. Em 1767, a priora Marta Teresa de Cristo referia que,

[...] em sua companhia se acha huma menina que agora tem dez para onze anos [...] e de seus pais incógnitos corre a sua subsistência por conta de um confessor que em segredo recebe de sua mai os alimentos e os confere ao Convento para sustento da ditta pupila. Agora quer entregar quinhentos mil reis para o seu dote e quer que o Convento lhe faça huma obrigação de a admittir a seu tempo á profissão.<sup>62</sup>

De acordo com as fontes documentais, a menina, foi criada desde os “tres anos e meio”<sup>63</sup> no convento. Aferimos, assim, que terá sido acolhida entre os anos de 1760-1762, altura em que a instituição ainda funcionava como recolhimento. Em sigilo de confissão, a mãe assegurava o sustento da criança, pretendendo, ao mesmo tempo, dotá-la. Mediante os dados expostos, levantamos a hipótese de este poder ser um caso de ilegitimidade. Geralmente associado aos estratos mais baixos, o abandono infantil também se encontrava presente na esfera social mais alta.<sup>64</sup> Constituindo uma chaga na sociedade que evocava sólidos valores morais, hasteados pela Igreja pós – Trento, a ilegitimidade sofreu de um difícil controlo que não evitou a sua continuidade,<sup>65</sup> transformando-se num dos principais fatores conducentes

<sup>62</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 27, fl. 1.

<sup>63</sup> *Ibidem*, doc. 33, fl. 1.

<sup>64</sup> Tendo em conta as informações que expomos, Josefa Maria de Jesus não devia provir de uma família com escassas possibilidades monetárias, dado que a mãe garantia o seu sustento, possuindo capacidade financeira para ser dotadora.

<sup>65</sup> Leia-se Ferreira, Fábio Lopes, “Os expostos no concelho de Felgueiras (segunda metade do século XVIII). Estudo Preliminar”, in Pérez Álvarez, María José; Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *Do silêncio à ribalta: os resgatados das margens da história (séculos XVI a XIX)*, Guimarães, Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2016, p. 33.

à prática do abandono infantil.<sup>66</sup> No século XVIII, na região do Entre Douro e Minho, as concepções pré-matrimoniais arrogaram particular relevo.<sup>67</sup> Nesta medida, acreditamos que Josefa Maria de Jesus tenha sido fruto de uma relação deste género.<sup>68</sup> De forma a preservar a honra e evitar manchar o nome da família, a mãe optou por não assumir a maternidade. Dado que Josefa Maria de Jesus começou a ser criada na instituição com a idade de três anos e meio presumimos que, após o seu nascimento, tenha sido entregue a uma ama de leite.<sup>69</sup> Terminado o período de amamentação e, atendendo à análise

---

<sup>66</sup> Ao longo do período moderno, o Estado Português implantou um conjunto de medidas visando a assistência à infância desvalida. De entre as políticas estatais, a criação da Casa da Roda ganhou particular destaque. As investigações sobre a temática apontam o fenómeno da ilegitimidade, a pobreza ou a doença, como principais motivos para o abandono das crianças, após o seu nascimento. Veja-se Lopes, Maria Antónia, *Protecção Social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e de investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 159-167. Acerca da assistência à infância em Portugal, consulte-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No Limiar da honra e da Pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis Cooperativa de Ensino, 2005; Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: (1750-1850)*, Viseu, Palimage Editores, 1999; Matos, Sebastião, *Os expostos da roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, Associação cultural e recreativa de Areias de Vilar, 1995; Reis, Maria de Fátima, *Os expostos em Santarém: a acção social da Misericórdia (1691-1710)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2001; Sá, Isabel dos Guimarães, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

<sup>67</sup> Cf. Sá, Isabel dos Guimarães, "Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectiva", in Pérez Moreda, Vicente (coord.), *Expostos e Ilegítimos na Realidade Ibérica do Século XVI ao Presente*, vol.3, Lisboa, Afrontamento, 1996, p. 38.

<sup>68</sup> Sobre a ilegitimidade na região norte de Portugal, leia-se Neves, António Amaro das, "Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime", in *Revista da Demografia Histórica*, 1998, pp. 137-173; Neves, António Amaro das, *Filhos das ervas – A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, NESP, 2001.

<sup>69</sup> A entrega de crianças a amas de leite constituiu-se uma prática muito usual no período moderno. Raras eram as mulheres que, possuindo condições económicas, amamentavam os seus filhos no Antigo Regime. Normalmente, após o nascimento, as crianças eram entregues a amas de leite (na sua maioria mulheres pobres que, no aleitamento, viam uma forma de subsistência). No caso estudado, a entrega da criança a uma ama de leite foi, provavelmente, motivada pelas consequências decorrentes da ilegitimidade, mas existiam outras razões que

documental, pressupomos que a mãe tenha deixado a criança ao cuidado de alguma recolhida. Normalmente, este tipo de instituição não praticava o acolhimento de crianças de tenra idade mas, espontaneamente, assistiam-se a desvios às normas aplicadas.<sup>70</sup> Talvez a partir de algum conhecimento interno, tenha sido permitido à progenitora deixar a criança na instituição, assegurando o seu sustento.<sup>71</sup> Mais tarde, quando o recolhimento passou a comunidade conventual, a mãe procurou garantir o futuro da criança dotando-a para religiosa professa. Num contexto social moralmente rígido, a progenitora viu-se forçada a ocultar a criança, contudo, não se tratou de uma situação marcada por um total desamparo. De evidenciar a existência de preocupação por parte da mãe que, para além de salvaguardar o sustento da menina, pretendeu que esta alcançasse uma posição de relevo onde a honra e as demais virtudes femininas prevaleciam.

Em 1771, Josefa Maria de Jesus entrou no noviciado, mas com licença especial do arcebispo, dado que ainda não possuía idade suficiente para

---

conduziam a esta ação. Por exemplo, o facto de a amamentação poder desencorajar a alta taxa de fertilidade desejada nos círculos mais abastados da sociedade. A lactação teria um efeito contraceptivo e, por isso, era evitada para que pudessem ser concebidas mais crianças. Veja-se King, Margaret, *A Mulher no Renascimento...*, p. 25.

<sup>70</sup> Acerca desta questão, evidenciamos o caso do recolhimento de Santo António, em Braga, cujas regras impediam a entrada de crianças. O seu instituidor definiu um limite mínimo de idade para entrar no recolhimento (25 anos), determinando ainda que as mulheres recolhidas não deviam ter filhos a seu cargo, visto que as crianças eram propiciadoras de distúrbio e inquietação. Contudo, verificaram-se transgressões às normas implementadas. Consulte-se Machado, Carla Manuela Sousa, *Entre a clausura e o século: O recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Universidade do Minho, 2014. Dissertação de Mestrado policopiada, pp. 63, 75 e 136.

<sup>71</sup> Destacamos, a título de exemplo, a entrada de uma criança com cerca de três anos no recolhimento de Santa Rosa de Lima, em Guimarães, por via da existência de ligação familiar a duas recolhidas. Esta situação ocorria também nos conventos onde, embora não sendo permitido, excecionalmente, se assistia à entrada de crianças – em 1687, no convento de Vitorino das Donas, na vila de Ponte de Lima, residia uma menina com doze anos, mas que se encontrava no cenóbio desde muito pequena. Cf. Silva, Ricardo Manuel Alves da; Araújo, Maria Marta Lobo de, “A infância entre muros na diocese de Braga na Época Moderna”, in *Diálogos*, vol. 9 (2), 2015, p. 557.

iniciar esta fase.<sup>72</sup> Um ano depois, em 1772, passou a religiosa de véu preto.<sup>73</sup> Crescendo no seio do ideal de profunda crença, virtude e reclusão, Josefa Maria de Jesus consagrou toda a sua vida à religião. Confinada desde tenra idade ao espaço intramuros, a religiosa apenas conheceu a realidade monástica. Ao longo do seu percurso devoto, ascendeu ao cargo de maior relevância no meio conventual, sendo eleita, nos finais do século XVIII, para o lugar de priora do convento.<sup>74</sup>

### **3. O amparo na vicissitude: a intervenção assistencial de D. Gaspar de Bragança**

Como temos vindo a referir, o claustro teresiano nunca foi dotado de firmeza do ponto vista económico. Com antecedentes no período do recolhimento, as dificuldades financeiras afetaram de modo particular o convento que, encontrou no seu fundador, D. Gaspar de Bragança, o apoio necessário para ultrapassar os problemas desta ordem. Quando iniciou o seu governo arquidiocesano, o prelado transformou-se no protetor das recolhidas de Santa Teresa, aplicando forte empenho na progressão da instituição. Quando a comunidade passou a conventual, este manteve a prática assistencial, desempenhado um importante papel na manutenção do cenóbio.

Filho ilegítimo do rei D. João V, D. Gaspar de Bragança nasceu em 1716. Estudou teologia no convento de Santa Cruz de Coimbra continuando, mais tarde, a sua formação no convento de S. Vicente de Fora. Viveu com os seus dois meios-irmãos no Palácio da Palhavã, na cidade de Lisboa, arrendado pela Casa Real ao marquês do Louriçal ficando, assim, conhecido como um dos “Meninos da Palhavã”. A 23 de agosto de 1756, um decreto real nomeou-o arcebispo de Braga. A bula papal chegou dois anos depois, em 1758, confirmando a nomeação régia. Em julho desse ano, foi sagrado arcebispo na capela da Palhavã. A sua entrada na cidade de Braga deu-se a 28 de outubro de 1759,

---

<sup>72</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 34, fl. 1.

<sup>73</sup> *Ibidem*, doc. 37, fl. 1.

<sup>74</sup> *Ibidem*, doc. 62, fl. 1.

num ambiente de aparato, resultante do novo arcebispo primaz ser também príncipe de sangue real.<sup>75</sup>

Durante o seu governo, levou a cabo diversas obras na cidade. Foi responsável pela construção da capela da Nossa Senhora da Lapa e pela demolição das capelas da Nossa Senhora do Amparo e dos Passos.<sup>76</sup> Procurou deixar o seu nome associado à renovação da Sé catedral, destacando-se a intenção de reformular o breviário bracarense (que não chegou a vingar) e a substituição do cantochão antigo pelo moderno, de acordo com os modelos de Mafra e da Patriarcal.<sup>77</sup> Principiou o convento das ursulinas, em consequência da transferência dos conventos de Monção e Valença para a cidade de Braga, após um decreto emanado pelo papa Bento XIV.<sup>78</sup> Enaltecemos ainda a ligação do arcebispo às humanidades,<sup>79</sup> bem como a sua ação no socorro aos mais pobres. De acordo com Bernardino José de Senna Freitas, as esmolas atribuídas pelo prelado nunca foram inferiores a 27.000 cruzados anuais.<sup>80</sup> No início de 1788 adoeceu gravemente, falecendo, um ano depois, a 18 de janeiro de 1789.<sup>81</sup>

---

<sup>75</sup> Leia-se Mendonça, Isabel Mayer Godinho, “As exéquias de D. Gaspar de Bragança na Sé de Braga (um desenho inédito de Carlos Amarante)”, in *Ciências e Técnicas do Património*, vol. III, I série, 2004, p. 256.

<sup>76</sup> Veja-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo IV, Braga, Imprensa Catholica, 1890, p. 303.

<sup>77</sup> Cf. Mendonça, Isabel Mayer Godinho, “As exéquias de D. Gaspar de Bragança...”, p. 258.

<sup>78</sup> Em 1768, o rei D. José informou D. Gaspar de Bragança de que, em resultado do breve papal relativo à união de mosteiros do reino e extinção dos que não deviam subsistir, as freiras dos mosteiros de Valença e de Monção deviam ser transferidas para o Colégio de São Paulo, em Braga, pertencente à Ordem jesuíta, que havia sido expulsa de Portugal. Consulte-se ADB, *Colecção Cronológica*, doc. 2909, fl. 1.

<sup>79</sup> No seu aniversário, o arcebispo privilegiava a recitação poética, reunindo alguns “homens de letras” para recitarem versos no palácio arquiepiscopal. Esta sua ligação às humanidades também é comprovada na provisão que emanou, em 1763, declarando a necessária criação de dois lugares de professores, um de filosofia e outro de gramática latina, no Colégio do Seminário de S. Pedro. Leia-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo IV..., p. 303; ADB, *Colecção Cronológica*, doc. 2857, fl. 1.

<sup>80</sup> Veja-se Freitas, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo IV..., p. 303.

<sup>81</sup> Dias antes, a 13 de janeiro, foi lavrado o seu testamento, onde, de forma clara, expressou a vontade de atribuir algumas esmolas a instituições religiosas da cidade. À confraria do Santíssimo Sacramento da Sé de Braga, o prelado deixou 100.000 mil réis. A mesma quantia

Nas suas memórias, Inácio José Peixoto evidenciou a forma sentida como os bracarenses choraram a morte do arcebispo “porque todos o amavão pela sua afabilidade”.<sup>82</sup> Em sua homenagem, foi erigido, na capela-mor da Sé de Braga, um mausoléu da autoria do arquiteto bracarense, Carlos Amarante.<sup>83</sup>

Das obras executadas pelo prelado, ao longo de trinta anos de governo, a fundação do convento de Santa Teresa constituiu-se um dos modelos representativos do seu exercício caritativo. Assumindo grande relevância nos momentos mais críticos da história setecentista do convento, o arcebispo procurou manter vivo o espírito da devoção carmelitana na cidade.

Na década de setenta do século XVIII, o claustro deparou-se com problemas concernentes ao espaço físico. De acordo com as freiras, era assaz necessário o alargamento da cerca conventual, visto que dentro da clausura

[...] lhe he impossivel receberem ar livre e necessario para a vida fora daquelle breve espaço de quintal que não cobrem os telhados do convento e ainda assim não podem respirar pela corrupção de outro ar que a malicia dos costumes daquela vizinhança lhe a sopra continuamente nos ouvidos.<sup>84</sup>

Além do espaço exterior ser demasiado pequeno, as religiosas eram constantemente perturbadas pelos maus hábitos vizinhos, presentes na parte de trás do cenóbio. Para que ficassem “em algum alívio no aperto de sua clausura”<sup>85</sup> e se pusesse termo à devassidão que impossibilitava a privação total do mundo secular, teriam de ser adquiridas umas casas adjacentes ao convento. Para se iniciar a obra, a rua que fazia divisão entre a parte traseira do instituto e as casas contíguas a este, teria de ser extinta. A solução passava

---

foi ofertada à irmandade de Nossa Senhora do Carmo. À de Nossa Senhora da Torre, concedeu “sincoenta mil reis para ajuda das suas festas” e, para as obras do Senhor do Monte, 480.000 réis. Cf. ADB, *Coleção Cronológica*, doc. 3238, fls. 3v.-4.

<sup>82</sup> Peixoto, Inácio José, *Memórias Particulares*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1992, p. 71.

<sup>83</sup> Veja-se Mendonça, Isabel Mayer Godinho, “As exéquias de D. Gaspar de Bragança...”, p. 262.

<sup>84</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 41, fl. 1.

<sup>85</sup> *Ibidem*, doc. 41, fl. 1.

por soltar “hũa rua que bem do precnicio da rua Santa Margarida da forma como se aicha situada e que na mesma forma venha sahir à rua da Oliveira”.<sup>86</sup> Para o efeito, era necessário comprar umas casas térreas. Após a sua aquisição, seriam destruídas para construção da nova rua. Todavia, os problemas de carácter financeiro impediam quer a ampliação da cerca, quer a criação da rua. Desta forma, as carmelitas endereçaram um pedido de ajuda ao arcebispo que, depois de avaliar a questão, socorreu financeiramente a comunidade, tornando possível a concretização da obra.<sup>87</sup>

Em outubro de 1774, o senado da Câmara outorgou a autorização para abertura da rua, não encontrando dano algum na sua execução. Obtidos os apoios arcebispal e camarário, bastava a aprovação da mesa capitular, dado que parte das casas estavam situadas em terreno do cabido. Segundo as religiosas, não acarretando qualquer prejuízo para a mesa capitular, a abertura da rua seria bastante útil para a cidade, pois colocava fim à perversão mundana daquele local.<sup>88</sup> Alcançadas todas as licenças, entre 1773 e 1774, o cenóbio deu início às obras patrocinadas pelo prelado.

A par do auxílio prestado no alargamento da cerca, a edificação da igreja conventual constituiu mais um exemplo do expressivo apoio do arcebispo à comunidade. O templo, em honra de Santa Teresa de Jesus, foi erguido entre os anos de 1763 e 1767. O processo inicial de construção ocorreu na época do recolhimento, decorrente do processo evolutivo do instituto.<sup>89</sup> A partir das

<sup>86</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Arrematação. Compra. Doação. Troca e venda. Contratos sobre bens eclesiásticos. Requerimentos*, C-8, doc. 154, fl. 3.

<sup>87</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Arrematação. Compra. Doação...*, C-8, doc. 154, fl. 3.

<sup>88</sup> *Ibidem*, doc. 154, fls. 3-4v.

<sup>89</sup> Sendo o recolhimento constituído por um número considerável de mulheres, a pequena capela que utilizavam para culto divino revelava-se incapaz de reunir toda a comunidade. Era necessário um novo espaço para se exercerem “com dezenia os sagrados ministérios”. Nesta medida, D. Gaspar de Bragança, claramente empenhado na reforma da instituição, concedeu um importante apoio na construção de um novo lugar para culto divino. De forma a ser reunido o valor necessário para se dar início à obra, em abril de 1763, foi expedida da mitra arquidiocesana uma provisão permitindo a recolha de donativos pelas igrejas da cidade. A mesma determinava que o pedido de esmola deveria ser realizado “no tempo das colheitas dos frutos visto ser tempo em que os lavradores melhor podem dar”. Ou seja, esperava-se por

escolas concedidas pelos fiéis e do auxílio financeiro atribuído pelo prelado,<sup>90</sup> em quatro anos, a igreja ficou concluída.<sup>91</sup> Em 1766, foi facultada licença para que o templo tivesse sacrário e “nelle o Santíssimo Sacramento”.<sup>92</sup> Um ano depois, em junho de 1767, deu-se a inauguração e bênção do templo. Para além de D. Gaspar de Bragança, estiveram presentes na cerimónia inaugural os cônegos e todas as dignidades da arquidiocese, bem como “toda a nobreza d’esta cidade, d’um e outro sexo”.<sup>93</sup>

---

uma altura em que os donativos fossem mais expressivos. Veja-se ADB, *Registo Geral*, livro n.º 85, fl. 490v. A primeira pedra para a construção da igreja foi carregada num andor desde a portaria até ao alicerce e benzida pelo padre frei Carlos dos Santos, religioso carmelita descalço e prior do convento da Nossa Senhora do Carmo, em Viana do Castelo. Leia-se *O Brado Liberal*, n.º 18, de 2.10.1874, p. 1.

<sup>90</sup> Cf. *O Brado Liberal*, n.º 18, p. 1.

<sup>91</sup> Fruto da crença e religiosidade popular, surgiu a história de um suposto milagre de Santa Teresa no decorrer da construção. O episódio milagroso ocorreu quando um construtor caiu de uma das partes altas do templo. A queda deveria ter sido fatal mas “ao cair todos os que estavam presentes exclamaram: «Santa Thereza acudi-lhe! acudi-lhe!». E viu-se então a protecção da Santa Mathriarca”. Após a recuperação, o construtor, presumivelmente salvo por Santa Teresa, voltou a trabalhar nas obras da igreja. Consulte-se *O Brado Liberal*, n.º 18, p. 1.

<sup>92</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Igrejas. Bem de Alma. Culto*, C-9, doc. 212, fl. 1. No entanto, para que este fosse “conservado com toda a decencia devida”, devia sempre existir “huma lâmpada acesa, e os mais paramentos necessários para a administração do mesmo Santíssimo Sacramento”. ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Igrejas. Bem de Alma. Culto*, C-9, doc. 212, fl. 1.

<sup>93</sup> *O Brado Liberal*, n.º 18, p. 1. Em finais de setecentos, o altar em honra de S. José foi elevado a altar privilegiado. Em 1790, por Breve do papa Pio VI, foi determinado que “o Altar da Igreja do Mosteiro de Santa Tereza de Jesus desta cidade seja privilegiado e que todas as vezes que qualquer sacerdote secular, e de qualquer ordem, congregação e instituto regular nelle celebrar Missa de defuntos em cada hum dos dias entre o octavanário da comemoração dos defuntos e nos dias de segunda feira, quarta e sexta feira de cada semana pela alma de qualquer fiel christão que desta vida parecer unida a Deus em charidade, que essa mesma alma alcance indulgencia do Thezouro da Igreja por modo de suffragio e que sufragada pelos merecimentos, de Nosso Senhor Jesus Christo e da Beatissima Virgem Maria e de todos os santos seja livre das penas do Purgatório”. ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Igrejas. Bem de Alma. Culto*, C-9, doc. 217, fl. 1.

#### 4. O fim da invocação teresiana. A extinção da vida conventual

O século XIX português foi assinalado por mutações políticas que assumiram um forte impacto no espaço religioso. A instauração do liberalismo, em 1820, conduziu à implementação de um conjunto de medidas com o intuito de controlar o domínio da Igreja e do clero em Portugal.<sup>94</sup> Nesta senda, iniciou-se o processo de desamortização, visando a supressão das ordens religiosas.<sup>95</sup> Pelo decreto de 30 de maio de 1834, foram extintas todas as ordens regulares masculinas.<sup>96</sup> No que está atinente às instituições femininas, o governo optou por não as contemplar neste decreto deixando que se extinguissem de forma natural na medida em que um ano antes, a 5 de agosto de 1833, se procedeu à proibição de admissão a noviciados e profissões.<sup>97</sup> Desta forma, as ordens religiosas femininas acabaram por desaparecer pouco a pouco, em resultado da diminuição e conseqüente falta de residentes nos cenóbios.

Neste contexto, o convento de Santa Teresa assistiu a um agudizar das suas dificuldades económicas. Para além da influência das políticas liberais, o convento também não usufruía de um auxílio significativo por parte da mitra, dado que D. Gaspar de Bragança tinha falecido. Como conseqüência

---

<sup>94</sup> A Revolução Liberal ocorreu num momento de fragilidade económica e social, decorrente das invasões napoleónicas e da fuga da família real para o Brasil. A nova ideologia pretendia regenerar a política e sociedade portuguesas, dotando o regime monárquico com instituições liberais e representativas. Leia-se Vargues, Isabel Nobre, “O Processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820”, in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 45-51.

<sup>95</sup> Constituída por distintas fases, a desamortização traduziu-se no “desmantelamento de corporações e de estabelecimentos religiosos e laicos e na incorporação dos seus bens na fazenda nacional”, Silva, António Martins da, “A desamortização”, in Mattoso, José (coord.), *História de Portugal...*, p. 339.

<sup>96</sup> Todos os seus bens foram nacionalizados, excetuando os objetos sagrados de culto. Com esta ação o governo pretendia, por um lado, atingir fortemente a Igreja, que se constituía um dos pilares do absolutismo, por outro, fazer face à grande dívida pública que assolava o país, a partir da venda da enorme massa de riqueza nacionalizada. Consulte-se Silva, António Martins da, “A desamortização”..., p. 340.

<sup>97</sup> Cf. Vieira, Maria do Pilar S. A., “Congregações Religiosas Femininas”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal...*, p. 477.

desta situação, a determinada altura, o convento apresentou dificuldades em remunerar o capelão que, por esta razão, abandonou o cargo. Devido aos problemas em encontrar um padre que o substituísse, “principalmente por se achar com deficiência de meios para lhe arbitrar um salário conveniente as obrigações da capellania”,<sup>98</sup> o claustro beneficiou da ajuda do padre frei Manuel de S. Bento, religioso carmelita que, por generosidade, celebrava a eucaristia.

No seguimento da proibição de admissão a noviciado e profissão, o governo procurou avaliar o estado das instituições femininas no que concerne à porção de religiosas. Neste sentido, foram solicitadas descrições onde se integrassem o número de religiosas, nome, idade e ano de profissão. Grosso modo, no ano de 1866, foi requerido ao convento de Santa Teresa um mapa descritivo das freiras professoras e não professoras.<sup>99</sup> A comunidade respondeu ao pedido expondo o seguinte:

Tabela 1 – Religiosas professoras do convento de Santa Teresa em 1866		
Religiosas Professoras		
Nome	Idade	Data de profissão
Madre Teresa José do Coração de Jesus, Priora	65	4 de fevereiro de 1822
Madre Teresa de Jesus, Superiora	50	13 de janeiro de 1833
Soror Teresa Margarida de Santo Alberto, sacristã	58	21 de abril de 1833
Soror Maria Cândida do Carmo, ajudante de sacristã	60	19 de março de 1825

Fonte: ADB, Fundo do convento de Santa Teresa, Admissões. Clausura. Dotes..., C-8, doc. 121A, fl. 1.

A par das quatro religiosas professoras, compunham ainda o convento dezassete não professoras, que estavam à “determinação da prelada para os mesteres da comunidade”.<sup>100</sup>

Com o passar dos anos, o convento entrou numa condição de declínio que se foi acentuando. Decorrente das medidas tomadas pelo novo regime,

<sup>98</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 69, fl. 1.

<sup>99</sup> *Ibidem*, doc. 121, fl. 1.

<sup>100</sup> *Ibidem*, doc. 121A, fl. 1.

em maio de 1884, por carta de Lei, o edifício do convento “com a igreja e suas alfaias, cerca e mais dependências”,<sup>101</sup> foi cedido ao Asilo dos Entrevados e Inválidos de S. José.<sup>102</sup> Contudo, a posse apenas foi oficializada quando a última religiosa professa faleceu.<sup>103</sup> No ano de 1892, o número de residentes na comunidade era já muito reduzido. Na sequência das exigências estatais, foi solicitado “sem perda de tempo uma relação circunstanciada de todas as pupillas, creadas e outras pessoas dependentes do convento compreendendo os nomes, idades, e indicação de residência”<sup>104</sup>:

Tabela 2 – Residentes e funcionários do convento de Santa Teresa em 1892			
Nome	Cargo	Idade	Residência
D. Maria Cândida do Carmo	superiora	86	convento
Maria das Dores do Amor Divino	recolhida	67	convento
Isabel Maria da Apresentação	recolhida	67	convento
Francisca Fortunata do Sacramento	recolhida	66	convento
Teresa Emília de S. José	recolhida	75	convento
Rosa de Jesus	recolhida	38	convento
Antónia Maria de Jesus	criada externa	62	fora da clausura
José Ferreira Fonseca	hortelão	44	largo dos Penedos
António Caetano	servo da igreja	62	rua de S. Gonçalo

Fonte: ADB, Fundo do convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 137A, fl.1. *Mappa demonstrativo do pessoal do Convento de Santa Thereza de Jesus que também é conhecido pelo Convento das Teresinhas da cidade de Braga.*

Das quatro religiosas professas existentes à data de 1866, apenas subsistia Maria Cândida do Carmo. A morte desta ocorreu em 1901 resultando,

<sup>101</sup> *Diário do Governo*, n.º 117, de 24.05.1884, p. 1313.

<sup>102</sup> Instituição de assistência fundada em 1850, por Fernando de Oliveira Guimarães.

<sup>103</sup> *Diário do Governo*, n.º 117, de 24.05.1884, p. 1313.

<sup>104</sup> ADB, Fundo do Convento de Santa Teresa, *Admissões. Clausura. Dotes...*, C-8, doc. 137, fl. 1.

assim, na supressão do cenóbio.<sup>105</sup> Um ano depois, em junho de 1902, o Asilo de S. José tomou formalmente posse do extinto convento.<sup>106</sup> À data da posse, o espaço conventual compunha-se de “sallas, quartos, corredores, cosinha com agua de bica, lojas e terreno ajardinado, fechado sobresi e cerca anexa que produz legumes, vinhos e frutos, com agua d’uma nora que em si tem”.<sup>107</sup>

Após a morte de Maria Cândida do Carmo, o convento foi suprimido. Porém, Rosa de Jesus (Tabela 2) continuou a residir no edificio. Esta entrou para o cenóbio enquanto recolhida, após a proibição de admissão a noviciado. Ou seja, apesar das disposições governamentais, a comunidade solicitava permissão ao arcebispo para a entrada de mulheres mas sob o estatuto de recolhidas. A sua integração era justificada pelo auxilio que prestariam às religiosas na manutenção do espaço conventual.<sup>108</sup>

## Considerações finais

Assente nos valores da vivência espiritual e religiosa, mas também da pureza e da honra, os conventos formaram um dos meios utilizados pela sociedade moderna, sobretudo à saída da reforma pós-Trento, para a preservação do corpo e da alma femininos. Munido, assim, como local

---

<sup>105</sup> Leia-se Ferreira, José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo II, Braga, Mitra Bracarense, 1934, p. 357.

<sup>106</sup> Consulte-se Arquivo particular do Asilo de São José (doravante APASJ), *Auto de posse do suprimido Convento de Santa Theresa*, 12 de junho de 1902, fl. 1.

<sup>107</sup> Veja-se APASJ, *Auto de posse...*, fl. 1v.

<sup>108</sup> Rosa de Jesus faleceu no Asilo de São José. De acordo com o testemunho de Maria Adolfina dos Anjos (irmã que desempenhou o cargo de superiora no Asilo entre 1937-1945), Rosa de Jesus morreu em “odor de santidade”. O provedor da instituição, nutrindo grande consideração e estima por esta, sepultou-a “no coro de baixo, em segredo, durante a noite, enquanto mandava encher de pedras o caixão para, assim, substituir o peso da defunta e iludir os que transportavam o esquife ao cemitério”. Rema, Henrique Pinto, *Crónica do centenário da Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição 1876-1976*, vol. 2, Braga, Editorial Franciscana, 1976, p. 564. Embora não sendo religiosa professa, Rosa de Jesus terá sido sepultada no coro de baixo com o objetivo de lhe ser concedido o mesmo fim das freiras carmelitas descalças do extinto convento. Mesmo depois da morte, as religiosas não abandonavam a clausura, sendo sepultadas no espaço conventual.

privilegiado para o refúgio da mulher ao pecado e à corrupção do espírito, o convento de Santa Teresa ergueu-se no século XVIII, seguindo as aspirações que instituições da mesma natureza absorviam por entre os seus muros.

Com uma história marcada por vicissitudes, o trajeto desta instituição foi assinalado por uma carência financeira, fragilidade que condenou o cenóbio a anos de instabilidade. No entanto, a vivência e os desafios pautados pelo tempo a estas mulheres, foram, sem margem para dúvidas, aliviados pela intervenção do arcebispo D. Gaspar de Bragança. O apoio atribuído pelo prelado assumiu grande relevância, possibilitando a ereção da igreja, bem como a ampliação da cerca conventual.

Se no século XVIII, o instituto experimentou uma entrega devota a Deus, o século XIX trouxe um novo estado a esta comunidade. Na senda dos ventos liberais, o convento imergiu num estado de decadência, resultando no fim de um projeto de vida regrado por uma clausura imposta diariamente. Arrogando os princípios do Carmelo descalço, as religiosas viveram sob os preceitos de um espírito eremítico, invocado por Santa Teresa de Jesus. Ao serviço de uma vida de reclusão e pobreza, acabariam por ser eternizadas pela piedade bracarense como as *teresinhas*.